



Avaliação Ambiental Estratégica do
**Programa Operacional da
Região Autónoma dos
Açores**

Resumo Não Técnico

Ficha Técnica

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional dos Açores

Resumo Não Técnico

Fevereiro 2014

Autoria: Sociedade Portuguesa de Inovação, Instituto do Ambiente e Desenvolvimento e Ecorys

Coordenação Global: Carlos Borrego

Coordenação Adjunta: Augusto Medina e Nicoletta del Bufalo

Equipa Técnica: Fernando Leão, Hugo Magalhães, Isabel Aguiar, Isabel Morais, João Medina, Margarida Costa, Marisa Rodrigues, Miguel Coutinho, Sara Brandão, Sara Medina, Sérgio Bento, Susana Figueiredo, Teresa Fidélis.

Avaliação Ambiental Estratégica do Programa Operacional da Região Autónoma dos Açores

Fevereiro 2014



Índice

1. Introdução.....	1
2. Objeto de avaliação: o que se avaliou?	2
3. Objetivos e metodologia da AAE	5
4. Fatores Críticos para a Decisão e os critérios de avaliação	7
5. Avaliação estratégica	9
5.1. Riscos naturais	9
5.2. Energia	10
5.3. Especialização inteligente	12
5.4. Coesão Social	15
6. Diretrizes para seguimento.....	17
7. Conclusões	20

1. Introdução

O presente documento constitui o Resumo Não Técnico do Relatório Ambiental do Programa Operacional da Região Autónoma dos Açores para o período 2014-2020, adiante designado por PO Açores.

O PO Açores é o instrumento que define as estratégias e as prioridades de investimento regional baseadas na operacionalização dos fundos europeus (FEDER e FSE), contribuindo assim para a implementação da Estratégia Europa 2020 na Região Autónoma dos Açores.

Com os resultados da Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) pretende-se influenciar positivamente o PO Açores, de forma a garantir que as questões ambientais e de sustentabilidade sejam tidas em conta e valorizadas pela programação 2014-2020. Para o efeito, dá-se especial ênfase às oportunidades e aos riscos decorrentes da aplicação do programa, de modo a que aquelas possam ser potenciadas, e estes sejam prevenidos ou minimizados.

Além disso, a sujeição do PO Açores a AAE assegura a aplicação da Convenção de Aarhus, de 25 de junho de 1998, que estabelece a participação do público na elaboração de certos planos e programas relativos ao ambiente.

O Resumo Não Técnico (RNT) acompanha o relatório ambiental referente à avaliação do PO Açores. O RNT tem como objetivo facilitar a divulgação pública da AAE durante o período de consulta pública, apresentando, em linguagem simples e resumida, o conteúdo da avaliação realizada de forma a permitir que o público em geral se familiarize com as principais oportunidades e riscos relacionados com o PO Açores. Para informação mais detalhada e técnica sobre a Avaliação Ambiental do PO Açores deverá ser consultado o Relatório Ambiental.

2. Objeto de avaliação: o que se avaliou?

O período de programação 2014-2020 assenta na visão estratégica para os Açores em 2020, que tem como ambição posicionar os Açores como «*uma região europeia relevante, que pelo seu posicionamento geográfico no contexto atlântico e pelo contributo para a extensão da zona económica exclusiva marítima, terá um papel da afirmação europeia no atlântico norte*».

Para o efeito, o PO Açores foi estruturado tendo por base o conjunto de Objetivos Temáticos estabelecidos no quadro regulamentar dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, devidamente alinhados com a Estratégia Europa 2020.

A Estratégia Europa 2020 constitui a visão da Europa para assegurar a saída da crise e preparar a economia da UE para a próxima década. Baseia-se em três áreas prioritárias interdependentes e que se reforçam mutuamente:

- Crescimento inteligente, desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação;
- Crescimento sustentável, promovendo uma economia hipocarbónica, eficiente em termos de recursos e competitiva;
- Crescimento inclusivo, promovendo uma economia com elevada taxa de emprego e que assegure a coesão social e territorial.

Neste contexto, o PO Açores assenta em 11 eixos programáticos, a saber:

- Eixo 1 – Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação;
- Eixo 2 – Melhorar o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação, bem como a sua utilização e qualidade;
- Eixo 3 - Competitividade das PME;
- Eixo 4 - Economia de Baixo Carbono;
- Eixo 5 - Alterações Climáticas e prevenção e gestão de riscos;
- Eixo 6 - Ambiente e eficiência dos recursos;
- Eixo 7 - Transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas;
- Eixo 8 - Emprego e Mobilidade Laboral;
- Eixo 9 - Inclusão Social e Combate à Pobreza;
- Eixo10 - Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Eixo 11 - Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente.

Na Tabela 1, para cada um dos eixos programáticos apresentam-se os objectivos específicos do PO Açores.

Tabela 1 – Objetivos específicos dos eixos programáticos do PO Açores.

Eixos programáticos	Objetivos específicos
Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação	Reorientação do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores no sentido do incremento da investigação aplicada à realidade regional e da transferência de conhecimento entre os agentes económicos e sociais.
	Fomentar as iniciativas de I&D de contexto empresarial, reforçando a ligação das empresas aos centros de I&D e ao ensino superior, de forma a potenciar os partilha do conhecimento, transferência de tecnologia para as empresas e a capacidade de inovação em produtos, processos e serviços.
Melhorar o acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação, bem como a sua utilização e qualidade	Reforçar a interação entre a administração, os cidadãos e os agentes económicos através da utilização generalizada das TIC.
Competitividade das PME	Promover o empreendedorismo qualificado e criativo, enquanto potencial de inovação e regeneração dos tecidos económicos setoriais e regionais.
	Reforçar a capacitação empresarial visando a abertura das empresas regionais aos mercados exteriores.
	Reforçar a capacitação empresarial das PME para a competitividade.
	Reforçar e requalificar a escala da produção económica privada através da dinamização do investimento empresarial de expansão e de modernização.
Economia de Baixo Carbono	Aumentar a penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica.
	Aumentar a eficiência energética nas empresas, apoiando a implementação de medidas de eficiência energética e racionalização dos consumos.
	Aumentar a eficiência energética nas infraestruturas públicas e nas habitações apoiando a implementação de medidas de eficiência energética.
	Implementar um plano de promoção de veículos de mobilidade urbana na Região.
Alterações Climáticas e prevenção e gestão de riscos	Reforço do conhecimento dos riscos e conseqüente capacidade de adaptação às alterações climáticas.
	Aumentar a capacidade de resiliência a situações de catástrofes.
Ambiente e eficiência dos recursos	Valorizar os resíduos, reduzindo a produção e deposição em aterro, aumentando a recolha seletiva e a reciclagem.
	Otimizar e gerir de modo eficiente os recursos hídricos numa ótica de utilização, proteção e valorização garantindo a melhoria da qualidade das massas de águas e otimização e gestão eficiente dos recursos e infraestruturas existentes, garantindo a qualidade do serviço prestado as populações e a sustentabilidade dos sistemas, no âmbito do ciclo urbano da água.
	Promover o património natural e cultural, com especial interesse na consolidação da imagem da Região nos principais mercados emissores de visitantes.
	Promover o conhecimento e a valorização da biodiversidade e dos ecossistemas.
	Melhorar a qualidade do ambiente urbano dos Açores.
Transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas	Aumentar a eficiência e a segurança na mobilidade terrestre de mercadorias e passageiros.
	Aumentar os fluxos e os movimentos de mercadorias e passageiros, utilizando o sistema aéreo e marítimo.
Emprego e Mobilidade Laboral	Integrar desempregados no mercado de trabalho.

Eixos programáticos	Objetivos específicos
	<p>Integrar jovens desempregados com idade inferior ou igual a 30 anos, no mercado de trabalho.</p> <p>Fomentar a criação de autoemprego.</p> <p>Aumentar a participação das mulheres na economia regional.</p> <p>Aumentar a empregabilidade dos ativos e promover ações que favoreçam uma gestão mais inovadora por parte dos empresários.</p> <p>Fomentar a Mobilidade Profissional entre regiões europeias.</p>
Inclusão Social e Combate à Pobreza	<p>Aumentar o acesso de grupos vulneráveis ao mercado de trabalho e as competências de grupos em situação de particular desfavorecimento para a sua integração no mercado de trabalho, bem como dota-los de competências de base mínimas que facilitem a sua inserção social e profissional.</p> <p>Prevenir e combater as discriminações múltiplas, a violência doméstica e a promoção da igualdade de oportunidades com especial relevância para as pessoas com deficiência.</p> <p>Aumentar a qualidade diversificar a oferta de serviços e de respostas sociais e de saúde</p> <p>Qualificar e capacitar a Rede Regional de Economia Social.</p> <p>Melhorar o acesso à saúde e aos serviços sociais, diversificando a oferta de serviços e apoiando a transição dos cuidados institucionais para os cuidados de proximidade que ajudam a aceder a uma vida independente e integrada na comunidade.</p>
Ensino e Aprendizagem ao Longo da Vida	<p>Melhorar a qualidade e eficiência do sistema de educação e formação de crianças e jovens, das condições de aquisição de aprendizagens e de conhecimentos.</p> <p>Aumentar o número de diplomados do ensino superior nomeadamente através maior inclusão social de alunos de diferenciados meios socioeconómicos ao nível do acesso ao ensino superior e aumentar o número de doutorados na população açoriana.</p> <p>Aumentar a empregabilidade dos jovens licenciados cuja formação adquirida não se enquadre nas necessidades do mercado de trabalho.</p> <p>Melhorar a qualidade do sistema de ensino e formação e aumentar o número de diplomados em modalidades de ensino e formação profissional diversificada e orientada para o mercado de trabalho.</p> <p>Completar a rede pública de ensino da Região, com as últimas intervenções no quadro da programação das infraestruturas e equipamentos que garantem o equilíbrio de oferta de condições em cada ilha dos Açores.</p>
Capacidade Institucional e Administração Pública Eficiente	<p>Aumentar as competências dos recursos humanos afetos à Administração Pública regional e local com vista à reorganização e modernização do sector, através do aumento da qualidade dos serviços disponibilizados aos cidadãos, trabalhadores e candidatos a emprego.</p> <p>Potenciar a articulação entre os sistemas de emprego, solidariedade social e educação.</p>

3. Objetivos e metodologia da AAE

A Avaliação Ambiental Estratégica dos efeitos de determinados planos e programas encontra-se consubstanciada no regime jurídico nacional pelo Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho (alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio) que procedeu à transposição para a ordem jurídica interna das Diretivas n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho relativa à avaliação dos efeitos no ambiente de determinados planos e programas, e da Diretiva n.º 2003/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de maio que reforça os mecanismos de participação pública na EU.

No regime jurídico regional dos Açores, a Diretiva n.º 2001/42/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de junho, foi transposta pelo Decreto Legislativo Regional n.º30/2010/A, de 15 de novembro.

Segundo a Diretiva 2001/42/CE, relativa à avaliação dos efeitos no ambiente de determinados planos e programas, o objetivo global da avaliação ambiental consiste em *“estabelecer um nível elevado de proteção do ambiente e contribuir para a integração das considerações ambientais na preparação e aprovação de planos e programas, com vista a promover um desenvolvimento sustentável”* (Artigo 1.º).

O propósito da presente AAE é assegurar, através da adoção de um procedimento, da participação do público e de entidades com responsabilidades em matérias ambientais específicas, que as consequências ambientais deste PO são previamente identificadas e avaliadas durante a fase de elaboração e antes da sua adoção, contribuindo para melhorar a qualidade do PO, com o objetivo de promover um desenvolvimento sustentável.

A abordagem metodológica adotada para a AAE suportou-se nas recomendações da Diretiva nº 2001/42/CE, de 27 de junho, nas disposições do Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de junho, Decreto Legislativo Regional n.º30/2010/A, de 15 de novembro e nas orientações metodológicas da Agência Portuguesa do Ambiente constantes do “Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica”¹.

A AAE, enquanto abordagem metodológica de natureza estratégica, permite assegurar:

- A preparação do Relatório Ambiental (RA) focalizado nos Fatores Críticos para a Decisão, que explicita os efeitos sobre o ambiente considerados significativos e as alternativas identificadas;
- A realização de consultas às entidades com responsabilidades ambientais específicas (ERAE) e ao público em geral;
- Que o RA e os resultados das consultas são tidos em conta antes da aprovação do PO;

¹ Partidário, M.R. (2012). Guia de melhores práticas para Avaliação Ambiental Estratégica – orientações metodológicas para um pensamento estratégico em AAE. Agência Portuguesa do Ambiente.

- Que depois da aprovação do PO, a informação relevante será disponibilizada aos interessados;
- A monitorização dos efeitos ambientais resultantes da aplicação do PO.

A presente AAE focalizou-se nos aspetos considerados relevantes que, cumprindo com a legislação, evitassem descrições demasiado detalhadas tendo em conta a escala de elaboração do Programa. Pretendeu-se com esta aproximação avaliar como as estratégias do PO integram as dimensões ambientais e de sustentabilidade relevantes, e de que forma se adequam para dar resposta às oportunidades e riscos associados a este programa temático, contribuindo em simultâneo para o cumprimento dos objetivos de metas ambientais e de sustentabilidade das políticas europeias e nacionais.

Neste sentido, a abordagem metodológica assentou no desenvolvimento de atividades alocadas a 3 componentes fundamentais do processo de AAE:

- **Contexto para AAE e Fatores Críticos de Decisão** - estabeleceu o contexto e a focagem estratégica da avaliação, assegurando a **focalização** da avaliação apenas no que é realmente importante no âmbito do objeto em avaliação. Este exercício materializou-se no Relatório de Fatores Críticos para a Decisão, o qual foi submetido à consulta das Entidades com Responsabilidades Ambientais Específicas;
- **Análise e Avaliação Estratégica** - centrou-se na avaliação das oportunidades e riscos associados aos eixos programáticos e objetivos preconizados pelo PO Açores para 2014-2020. Esta análise foi focada nos FCD. Para cada um dos FCD foi realizado um diagnóstico estratégico baseado em critérios específicos, a partir do qual, com base nas questões relevantes refletidas pelos FCD e pelo Quadro de Referência Estratégico², se avaliaram as oportunidades e os riscos decorrentes das opções de desenvolvimento preconizadas pelo PO Açores. Toda esta informação foi coligida no Relatório Ambiental Preliminar.
- **Consulta às ERAE e Consulta Pública** - Nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, o processo de AAE é submetido a consulta, quer das entidades que tendo responsabilidades ambientais específicas, possam interessar os efeitos ambientais resultantes da aplicação do PO, quer do público em geral. O processo de consulta decorre em dois momentos: em sede de relatório de FCD e em sede de RA preliminar. Neste sentido, o relatório de FCD já foi sujeito a consulta das ERAE tendo os contributos recebidos sido incluídos no Relatório Ambiental Preliminar, que será agora sujeito a consulta das ERAE e do público em geral.

² O Quadro de Referência Estratégico (QRE) estabelece as macro orientações de política nacional e internacional, objetivos e metas de longo prazo estabelecidos em material de ambiente e sustentabilidade, que estrategicamente deverão enquadrar o PO.

4. Fatores Críticos para a Decisão e os critérios de avaliação

Os Fatores Críticos para a Decisão (FCD) constituem os temas estruturantes da avaliação ambiental estratégica. A sua identificação resultou da análise integrada dos elementos considerados estratégicos, nomeadamente, as Questões Estratégicas do PO, as Questões Ambientais e de Sustentabilidade relevantes que refletem os problemas críticos da região e o denominado Quadro de Referência Estratégico que integra os documentos e orientações mais significativas de política ambiental, de âmbito nacional e europeu. Os FCD constituem os temas fundamentais para a decisão sobre os quais a AAE se deve debruçar, estruturando a análise e a avaliação de oportunidades e de riscos.

Apesar da saída da crise constituir um desafio imediato, o maior desafio é evitar regressar à situação anterior à crise. A maior eficiência na utilização dos recursos tem efeito na redução das emissões, permite realizar poupanças e estimular o crescimento económico. Mas há que dissociar o crescimento do consumo de energia e da generalidade dos recursos, criando uma economia mais eficiente na sua utilização. A estratégia necessita de maior focalização, de objetivos claros e de parâmetros de referência para analisar os progressos. É neste contexto que a AAE do PO Açores se centra, devendo os FCD propostos refletir isso mesmo.

Na Tabela 2 apresentam-se os FCD identificados para a presente avaliação.

Tabela 2 – Fatores Críticos para a Decisão e respetiva descrição.

FCD	Descrição
Riscos Naturais	Avalia o contributo do PO para tornar a região mais resiliente aos diferentes tipos de riscos naturais incluindo as estratégias de mitigação e adaptação às alterações climáticas enquanto fator de risco, ou a fenómenos de curta duração com efeitos adversos.
Energia	Avalia o contributo do PO para o incremento das energias renováveis no <i>mix</i> energético do arquipélago e da eficiência energética, permitindo assim a minimização de problemas de abastecimento de energia e o aumento da independência energética. Paralelamente avalia o contributo da região para o cumprimento das metas estabelecidas pela UE ao nível do objetivo clima/energia.
Especialização inteligente	Avalia de que modo o PO regional, na ótica da especialização inteligente, contribui para o desenvolvimento sustentável da atividade económica regional, nomeadamente no turismo, agro-indústria e múltiplos setores da economia do mar, promovendo a redução dos impactos no ambiente, o aumento da resiliência às pressões ambientais e a utilização mais eficiente e responsável dos recursos naturais.
Coesão social	Avalia o contributo do PO para resolver os atuais constrangimentos relacionados com o emprego, educação e pobreza invertendo a tendência atual destes indicadores, de forma a colocar a região na rota das metas europeias.

Na Tabela 3 apresentam-se os critérios de avaliação que suportam os FCD.

Tabela 3 – Critérios de avaliação.

FCD	Critérios
Riscos Naturais	Catástrofes naturais – Avaliação da situação do arquipélago face às catástrofes naturais
	Alterações Climáticas – Avaliação das emissões antropogénicas de GEE
Energia	Energias renováveis – Avaliação da penetração das energias renováveis na produção energética do arquipélago
	Eficiência energética – Avaliação da otimização do uso de energia
Especialização Inteligente	Conservação da natureza e biodiversidade - Avaliação das características naturais do território, nomeadamente no que respeita à sua biodiversidade, enquanto recurso potenciador de uma especialização inteligente regional indutora de benefícios económicos para a região.
	Turismo – Avaliação da contribuição do PO para o reforço de uma atividade turística que se pretende diferenciadora e que assenta nos recursos endógenos do arquipélago sem comprometer a preservação dos valores presentes.
	Agro-indústria – Avaliação da contribuição do PO para o desenvolvimento do setor da agroindústria orientada para o acréscimo de produtividade, competitividade e inovação, através da promoção da eficiência na utilização dos recursos e proteção do ambiente.
	Economia do mar – Avalia a contribuição do PO para o desenvolvimento da economia do mar, suportado pela inovação ligada à exploração dos recursos marinhos.
Coesão Social	Emprego – Avaliação da proporção da população empregada no total da população do mesmo grupo etário.
	Educação – Avaliação do nível de formação da população
	Pobreza – Avaliação da proporção da população em risco de pobreza

5. Avaliação estratégica

5.1. Riscos naturais

A localização das ilhas dos Açores na junção de 3 placas tectónicas confere ao arquipélago uma grande instabilidade geológica sendo uma zona que apresenta uma sismicidade bastante elevada com ocorrência de sismos destruidores e manifestações vulcânicas periódicas. Para além da atividade sísmica e vulcânica, face à sua situação no meio do oceano e à sua orografia, o arquipélago é ainda afetado por outros riscos naturais como as tempestades que originam inundações e movimentações de massa (desmoronamentos de rochas e deslizamentos de terras). Verifica-se assim que a RA dos Açores se encontra sujeita a um elevado número de **catástrofes naturais** das quais resultam elevados prejuízos materiais, humanos e nos ecossistemas, estes últimos de difícil contabilização na medida em que os prejuízos são pouco tangíveis.

As situações de tempestade resultam na particular sensibilidade que o arquipélago tem no que se refere aos mecanismos climáticos que determinam a hidrologia das ilhas. Neste contexto, a RA dos Açores possui uma vulnerabilidade elevada às **alterações climáticas**, sendo previsível um incremento da severidade climática, cujos efeitos esperados entre outros, se estenderão ao surgimento de fenómenos de erosão costeira mais intensos.

O combate às alterações climáticas requer uma aposta na eficiência energética e no aproveitamento dos recursos naturais endógenos, nomeadamente no que respeita ao fomento da produção de energia renovável e à sua incorporação em novos setores de consumo.

O PO Açores, nomeadamente os eixos 4 'economia de baixo carbono' e 7 'transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas' incorporam um conjunto diversificado de projetos no domínio da promoção das energias renováveis e da eficiência energética (nas empresas, infraestruturas públicas, habitações e transportes) que são conducentes a uma diminuição das emissões de dióxido de carbono (CO₂) no arquipélago, contribuindo assim para mitigar as alterações climáticas.

Deste ponto de vista, o PO aponta numa estratégia de diminuição das emissões de gases com efeito de estufa (GEE) dando assim o contributo regional para que Portugal e a Europa alcancem as metas e compromissos estabelecidos nesta matéria. Neste contexto, cabe referir o objetivo clima/energia da Estratégia Europa 2020 que tem como meta reduzir em 20% das emissões de GEE (em comparação com os níveis de 1990). Neste contexto, as ações preconizadas pelo PO concorrem para o cumprimento daquela meta, prevendo-se um importante contributo para a redução das emissões de CO₂.

No que respeita especificamente aos Riscos Naturais, o PO, através do eixo 5 'alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos', apresenta as seguintes oportunidades:

- O incremento do conhecimento sobre os riscos relacionados com as alterações climáticas;
- O incremento dos sistemas de vigilância/monitorização nomeadamente no que respeita à rede de vigilância sismo-vulcânica e de marmotos;

- O reforço da sensibilização da população açoriana para a problemática do risco e das alterações climáticas;
- O aumento da capacidade de resposta em situações de catástrofe (aquisição de equipamentos de socorro, infraestruturas do sistema de proteção civil);
- A prevenção dos efeitos de determinados tipos de riscos específicos nomeadamente na orla costeira e na rede hidrográfica.

No entanto, face à elevada exposição do arquipélago aos efeitos das alterações climáticas e tendo por base o conhecimento atual, é fundamental a aposta numa estratégia de adaptação conducente à minimização dos riscos associados. Embora a antecipação dos desastres naturais e a mitigação dos seus impactes nos diversos setores (oportunidades atrás listadas) seja fundamental, paralelamente, a Região deverá dar prioridade à implementação de medidas de adaptação ao nível da agricultura e do turismo enquanto setores económicos fundamentais, transportes, gestão das zonas costeiras, abastecimento de água e biodiversidade. Neste sentido, as intervenções nos sectores referidos deverão ser devidamente planeadas na ótica da adaptação às alterações climáticas enquanto fator de risco.

5.2. Energia

A configuração do sistema electroprodutor dos Açores reflete as características geográficas do território. Isolado das redes transeuropeias de transporte de energia, o sistema electroprodutor caracteriza-se pela existência de nove centros produtores e nove sistemas de transporte e de distribuição, independentes entre si. Uma parte significativa da energia consumida é importada, nomeadamente no que respeita às fontes de energia derivadas do petróleo, não se apresentando como viável a importação e armazenamento de gás natural.

Neste contexto, o setor energético nos Açores é dominado pelo consumo de combustíveis fósseis com particular destaque no setor dos transportes. Os combustíveis fósseis contribuem em mais de 80% para o consumo energético global da Região. A parcela destinada à produção de eletricidade (fuelóleo e gasóleo) tem-se mantido mais ou menos estável, situação que se deve à evolução dos sistemas de produção renovável.

No que respeita em particular às **energias renováveis**, nos últimos anos a RA dos Açores tem vindo a implementar um conjunto de iniciativas conducentes a tornar a região menos dependente em termos energéticos do exterior, nomeadamente no que respeita às fontes de origem fóssil. Se, em 2005, a taxa de penetração das energias renováveis na produção de energia elétrica nos Açores se cifrava nos 15%, em 2013, o valor alcançou os 34,2%.

No entanto, a repartição da produção de energias renováveis não é igual em todas as ilhas. A Ilha das Flores surge como a ilha com um cenário energético mais sustentável na medida em que atualmente já é autossuficiente do ponto de vista energético, enquanto na ilha do Corvo a produção ainda é exclusivamente de origem fóssil.

A RA dos Açores encontra agora dois grandes desafios nesta matéria: por um lado, encontrar a melhor forma de gerir o sistema produtor de energia tendo por base os condicionalismos da

produção *versus* consumo de eletricidade. Se nas horas do dia de maior consumo a energia renovável é utilizada integralmente, nas horas de menor consumo essa energia poderá ser excedentária havendo que armazenar os excessos produção. Por outro lado, é fundamental fomentar e apoiar estratégias de **eficiência energética** nos diversos sectores da economia por forma a evitar que com a retomada da economia os consumos aumentem.

O PO Açores, através do eixo 4 ‘economia de baixo carbono’ propõe um conjunto de ações que permitem, por um lado, incrementar a penetração de energias renováveis na Região e, por outro, reduzir a intensidade energética da economia açoriana através de reduções de consumos nos setores empresarial, doméstico, público e dos transportes. Entre outros, o PO apoiará a construção de algumas unidades de produção de energia elétrica a partir de recursos renováveis, em articulação, quando justificável, com a construção de sistemas de armazenagem de energia elétrica, tais como pequenas centrais hídricas reversíveis.

A aposta nesta estratégia contribui para que a RA dos Açores incremente ainda mais a taxa de penetração de energias renováveis na Região que actualmente, com cerca de 34%, já ultrapassa a meta da Estratégia Europa 2020 (20%).

Também o Eixo 7 ‘capacidade institucional e administração pública eficiente’, em especial a substituição de veículos convencionais por veículos mais eficientes do ponto de vista energético, nomeadamente de veículos híbridos que possam utilizar a energia renovável produzida durante o período da noite, contribui para o incremento da eficiência energética, neste caso no sector dos transportes rodoviários.

Constituem assim oportunidades destes eixos:

- Posicionar a Região a nível internacional no setor das energias renováveis;
- Contribuir para alcançar e, em alguns casos, ultrapassar as metas relacionadas com a energia renovável e com a eficiência energética a nível Europeu e nacional;
- Reduzir as importações de combustíveis fósseis, de forma a incrementar a independência e segurança energética da Região, assegurando em simultâneo maior sustentabilidade económica;
- Contribuir para minimizar a quota da região nas alterações climáticas por via da redução das emissões de gases com efeito de estufa;
- Estimular o desenvolvimento regional através da promoção de atividades relacionadas com as fontes de energia de origem renovável, eficiência energética, planeamento urbano, mobilidade sustentável, etc..

Complementarmente, também o eixo 1 ‘Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação’ terá efeitos positivos neste sector, podendo contribuir para que a RA dos Açores se assuma como um laboratório natural de excelência no domínio da investigação e desenvolvimento de energias renováveis, podendo vir a ser uma referência a nível internacional neste setor.

5.3. Especialização inteligente

As estratégias regionais de especialização inteligente envolvem a identificação das características e dos ativos exclusivos de cada região, o reforço das vantagens competitivas da região e a mobilização de todas as partes interessadas e recursos, em torno de uma visão futura orientada para o acréscimo da competitividade e inovação. Nos Açores identificam-se como áreas potencialmente relevantes de especialização com potencial para o desenvolvimento económico e para a geração de emprego, as áreas estratégicas do Mar, da Agricultura, Pecuária, Agroindústria e do Turismo. As características e recursos endógenos da região estão na base nesta especialização.

Neste contexto, na RA do Açores, os ativos naturais de **biodiversidade** e os serviços que desempenham, constituem um ativo fulcral para a sua estratégia de desenvolvimento e de crescimento sustentável.

Com características marcadamente vulcânicas, a RA dos Açores apresenta uma biodiversidade terrestre e marinha assinalada pelo distanciamento em relação aos continentes. O clima e a geologia criaram condições ecológicas e de paisagem distintas às quais se encontram associadas comunidades e ecossistemas específicos, com uma diversidade de espécies muito elevada, nomeadamente de espécies endémicas, ou seja, espécies que só aqui podem ser observadas. Para proteger os valores da biodiversidade, a RA dos Açores possui uma Rede Regional de Áreas Protegidas formada por 9 Parques Naturais de Ilha: Corvo, Flores, Faial, Pico, São Jorge, Graciosa, Terceira e Santa Maria, e pelo Parque Marinho do Arquipélago dos Açores, os quais integram as áreas classificadas ao abrigo da Rede Natura 2000 bem como um conjunto de outras áreas classificadas ao abrigo de convenções internacionais.

Os espaços naturais protegidos permitem medir a reação da sociedade no que se refere a proteger a diversidade biológica e o território, mediante a criação de áreas protegidas que sejam representativas dos diversos ecossistemas. Na RA dos Açores 24,14% são espaços naturais protegidos.

No entanto, nem sempre foi assim, tendo na última década a RA dos Açores vindo a reconhecer a importância dos recursos endógenos, nomeadamente da sua biodiversidade, como um pilar estratégico para o desenvolvimento sustentável do arquipélago. Esta preocupação, sendo essencial para a conservação de ecossistemas e dos seus serviços, é fundamental para o desenvolvimento sustentável do arquipélago, ultrapassando assim as funções de mera conservação biológica. Constituem áreas de elevado valor natural e paisagístico que possuem elevado potencial como geradoras de benefícios económicos e sociais, promovendo atividades económicas geradoras de emprego direto e indireto, de entre as quais se destaca a atividade turística.

A riqueza de valores da biodiversidade e da paisagem açorianos bem como as ameaças a que estes se encontram sujeitos, justificaram um conjunto amplo de investimento, no período de programação 2007-2013, em conservação da natureza e biodiversidade, entre os quais, diversos projetos conjuntos entre a administração Regional e instituições externas. Fruto deste investimento, a RA dos Açores tem vindo a recolher várias distinções/prémios de geoconservação e valorização do património natural assim como na vertente de turismo sustentável ou de turismo de natureza.

A este nível, também o PO Açores 2014-2020 pretende valorizar a biodiversidade e os seus serviços, nomeadamente os espaços protegidos e a Rede Natura 2000 enquanto base fundamental para o desenvolvimento regional. Através do eixo 6 ‘ambiente e eficiência de recursos’ o PO prevê ações que constituem oportunidades fortes e relevantes ao nível da conservação da natureza e da biodiversidade, investindo, entre outros, no estudo e monitorização de habitats e espécies, no ordenamento das atividades, na valorização/qualificação de habitats, na conservação de espécies.

São de referir, no entanto, os potenciais riscos sobre a biodiversidade decorrentes da implementação de projetos ao abrigo do eixo 4 ‘economia de baixo carbono’ e do eixo 7 ‘transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas’. No caso do eixo 4, a construção de infraestruturas de produção de energia renovável, caso se localize em espaços protegidos ou sensíveis, poderá ter efeitos negativos sobre os valores da biodiversidade e da paisagem. O investimento no eixo 7, nomeadamente quando está em causa a construção e ampliação de gares marítimas ou de estradas, pode constituir um risco em matéria de afetação da biodiversidade devido à eventual destruição de habitats.

Este vasto património natural e paisagístico constitui o motor para o desenvolvimento e **atividade turística** diferenciadora, oferecendo diversas atuações assentes nos recursos endógenos, que vão desde a observação de cetáceos, percursos pedestres, "*big game fishing*" ou o mergulho. A cultura do chá, a manufatura de charutos, as lagoas, a gastronomia regional, o vulcanismo, são outras facetas que tornam os Açores num destino único e diferente.

Segundo o Plano de Ordenamento Turístico dos Açores foram delineados produtos turísticos para a qualificação da região enquanto destino turístico. O turismo de natureza apresenta-se como produto de primeira instância e estratégico para o desenvolvimento desta região, seguindo-se outros como o *Touring*, o turismo náutico ou a saúde e bem-estar.

A importância e reconhecimento dos Açores como destino turístico tem-se vindo a refletir na procura, a qual tem vindo a crescer. Se em 2002 o número era de cerca de 220 000 turistas, em 2005 era de cerca de 317 000 e em 2012 alcançava os 326 000 turistas.

O investimento em turismo de natureza assume assim uma importância fulcral na estratégia regional. Neste contexto, grande parte dos investimentos na rede regional de áreas protegidas e na Rede Natura 2000, além das questões diretamente relacionadas com a monitorização, conservação de espécies e habitats, tem sido realizada na dinamização e na criação de condições para fomento da atividade turística, nomeadamente do turismo de natureza.

Na área do Turismo o PO Açores através do eixo 6 ‘ambiente e eficiência de recursos’ pretende promover o património natural e cultural com especial interesse na consolidação da imagem da Região nos principais mercados emissores de visitantes. Neste âmbito, prevê um conjunto alargado de intervenções que passam por exemplo pela valorização dos recursos, criação de condições de visitaçao, divulgação e sensibilização, aumento da qualidade e certificação da oferta de ecoturismo.

Por outro lado, a melhoria das condições de circulação entre ilhas preconizada pelo eixo 7 ‘transportes sustentáveis e principais redes de infraestruturas’ constitui também uma oportunidade

relevante para esta actividade, na medida em que facilita o transporte de passageiros entre ilhas, nomeadamente turistas.

Para além do turismo, a **agro-indústria**, ou seja, a transformação dos produtos agrícolas e da pecuária em produtos de maior valor acrescentado, permite criar e manter postos de trabalhos na Região, alargando a capacidade exportadora regional com base nos produtos endógenos. Este é um setor de forte aposta na ótica da especialização inteligente regional.

No entanto, a fileira agro-industrial, muito centrada na transformação de produtos agrícolas, nomeadamente na fileira do leite, embora de grande relevância para os Açores, apresenta vulnerabilidades significativas que condicionam a sua rendibilidade, entre as quais a pequena dimensão do mercado local e a localização no meio do oceano a larga distância dos principais mercados consumidores. Deste ponto de vista, a aposta em indústria moderna, que promova uma política de valorização da produção através da diferenciação pela qualidade e pela “marca Açores”, é fundamental nesta circunstância.

O setor industrial é, por norma, um setor que tem impacte sobre o ambiente, designadamente em matéria de utilização dos recursos, entre eles a água e a energia. Embora em termos globais o setor tenha apresentado progressos positivos, a sua modernização não pode assentar apenas na aquisição de novos e modernos equipamentos e no investimento em novas unidades produtivas. Tem de passar por processos inovadores que incorporem tecnologias mais limpas e eco-eficientes, não perdendo de vista a competitividade da produção.

Atualmente, ainda existe ainda uma fraca articulação das empresas com os atores do sistema científico e tecnológico o que não potencia um ambiente de inovação e desenvolvimento de novos produtos, processos e serviços. Neste sentido, além de promover um maior investimento nomeadamente ao nível do tecido empresarial, é necessário promover a articulação do sistema científico com as empresas, nomeadamente com a agroindústria enquanto setor de especialização inteligente.

Existem várias formas de promover a eficiência na utilização dos recursos e na proteção do ambiente na agroindústria. No caso da RA dos Açores destaca-se a importância de apostar na eficiência de uso da água (a maior parte que tem origem subterrânea) e da energia (face à dependência da componente térmica e consequentes emissões de GEE para a atmosfera). Melhorar nestas vertentes significa tornar a indústria mais eficiente, competitiva e com menores impactes ambientais.

Nesta matéria, o PO Açores preconiza um conjunto diversificado de ações ao abrigo de distintos eixos e objectivos. Entres estes destacam-se o eixo 3 ‘competitividade das PME’, cujas ações contribuem para o fortalecimento dos setores de especialização em análise, na medida em que fomenta a criação de novas empresas, nomeadamente em domínios estratégicos regionais de especialização inteligente. A aposta do PO em ações de eficiência energética, certificação de produtos, sistemas de gestão e processos de produção, traduzem-se também em mais-valia para a competitividade destas empresas.

O eixo 4 'economia de baixo carbono' também prevê o investimento e apoio às empresas na área da eficiência energética, o que poderá reduzir custos de produção e melhorar a imagem das empresas no mercado, tornando-as mais competitivas.

A dinamização da **economia do mar**, enquanto setor emergente, é estratégico para os Açores. Apresenta grande potencial para atrair investimento, nacional e internacional, permitindo a promoção do crescimento económico e do emprego na Região.

Neste sector a investigação e a inovação assumem especial relevância. A nível nacional, a produção científica na área do mar ou em domínios com incidência direta ou indireta nessa área tem apresentado bons indicadores destacando-se, por exemplo, o crescimento do número de publicações no período 2000-2010, em Ciências Naturais (Biologia Marinha e Aquática), verificando-se ainda neste período elevada especialização de Portugal nas Ciências do Mar. O perfil da estrutura da produção científica portuguesa por região é diversificado, contribuindo cada região de uma forma específica para o todo nacional. Considerando o domínio com mais publicações em cada região, no Algarve e Açores, é a 'Biologia Marinha e Aquática' que predomina.

Neste contexto, o investimento em investigação, desenvolvimento e inovação assume um papel central na dinamização deste sector e no aproveitamento dos recursos marinhos.

Para o efeito, o PO Açores 2014-2020 através do eixo 1 'investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação' pode constituir uma oportunidade relevante para o progresso deste sector na ótica de maior especialização regional nesta área.

O eixo 1 constitui, aliás, um eixo com oportunidades transversais à maior parte dos critérios avaliados na presente AAE. Este eixo preconiza um conjunto diversificado de intervenções ao nível do Sistema Científico e Tecnológico dos Açores. Este eixo pode constituir uma oportunidade de especial relevância para a captação de massa crítica e de *know-how* científico e tecnológico, com vista à especialização técnica e científica na área do mar. Para o efeito, a oportunidade de criar redes de ligações de enquadramento internacional a laboratórios e parceiros nesta área assume grande relevância.

5.4. Coesão Social

A situação de crise que se vive, agravada pelas políticas restritivas e de redução do rendimento disponível, veio a alterar os equilíbrios no mercado de trabalho, conduzindo a taxas de desemprego sem paralelo, quer a nível nacional, quer regional. Os dados de 2012 revelam uma taxa de desemprego superior a 15%, quando ainda em 2007 rondava os 4,3% e nos anos anteriores era ainda menor, sendo o desemprego jovem particularmente preocupante (38%). No final de 2013 a taxa de desemprego subiu aos 17,3%.

A situação de desemprego prolongado no tempo é um dos fatores que pode conduzir a situações de exclusão e de desarticulação da família e até de pobreza. A RA dos Açores registou uma taxa de pobreza de 21% em 2005/2006 e de 17,9% em 2010/2011. Como indicador da evolução da situação socioeconómica mais recente observa-se o crescimento do número de famílias e de beneficiários do Rendimento Social de Inserção entre o ano de 2010 e de 2012.

A política de educação na Região conduziu a uma quebra excepcional do analfabetismo (9,45% em 2001 e 4,68% em 2011), resultando no quase alinhamento com a média nacional em termos do ensino pré-escolar e à redução da proporção da população com 15 ou mais anos sem qualquer nível de escolaridade completo. A população na faixa etária dos 30-34 anos que possui diploma de ensino superior duplicou em 10 anos, tendo alcançado 18,91% em 2011, estando ainda longe da meta prevista pela Estratégia Europa 2020 que é de 40%. Sinaliza-se como especialmente desfavorável a taxa de abandono escolar precoce que, em 2012, se cifrava nos 34,4%, quando a meta prevista pela Estratégia Europa 2020 é inferior a 10%.

Em matéria do FCD 'Coesão Social', o eixo 8 'promover o emprego e a mobilidade laboral' no critério do emprego, o eixo 9 'promover a inclusão social e combater a pobreza' no critério da pobreza e o eixo 10 'investir no ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida' no critério do ensino, apresentam um conjunto de oportunidades relevantes para a Região.

A implementação de medidas e ações conducentes ao incremento da taxa de emprego na região, terão um contributo relevante na ótica do combate à exclusão social e à pobreza, sobretudo se estiverem associadas à resolução de situações de desemprego prolongado no tempo.

Constituem assim oportunidades destes eixos:

- Aumentar a taxa de emprego na região;
- Diminuir a taxa de abandono escolar;
- Aumentar o número de diplomados do ensino superior;
- Diminuir a percentagem de população em risco de exclusão social.

6. Diretrizes para seguimento

O plano de seguimento agora proposto tem como objetivo geral avaliar e controlar os efeitos no ambiente que decorrem da aplicação do Programa Operacional da Região Autónoma dos Açores, cujo relatório deverá ser elaborado anualmente. Esse relatório deverá:

- Avaliar em que medida as recomendações propostas no presente Relatório Ambiental estão a ser consideradas;
- Mostrar quais os efeitos mais significativos sobre o ambiente decorrentes da aplicação dos fundos do PO, numa perspetiva de desempenho ambiental (medidas de controlo).

No quadro do regime jurídico de AAE, os resultados do controlo deverão ser divulgados através de meios eletrónicos e atualizados com uma periodicidade anual.

Face aos objetivos estabelecidos pelo PO Açores, e tal como se verificou atrás, na globalidade o PO constitui uma oportunidade para tornar a região mais sustentável, com apostas claras no domínio da sustentabilidade energética, da promoção e valorização da generalidade dos recursos endógenos enquanto suporte das atividades económicas, e da especialização regional inteligente.

Nesta situação, as recomendações que se apresentam vão no sentido de potenciar e incrementar os resultados positivos esperados para melhorar o desempenho ambiental do PO durante a sua concretização. Embora o PO possua um eixo específico para a investigação, desenvolvimento tecnológico e inovação para o sistema científico regional e para o contexto empresarial, considera-se que, do ponto de vista da promoção da sustentabilidade regional, deve ser dado especial enfoque à eco-inovação.

Por isso, as recomendações propostas vão no sentido de incluir, nos critérios de acesso e de majoração dos investimentos ao abrigo deste PO, o tema da eco-inovação. Será a oportunidade de usar um critério transversal a vários eixos da programação, desde o sistema científico propriamente dito, passando pelas empresas e pelo ensino, contribuindo assim de modo tangível para uma economia europeia com futuro, que reforça o crescimento inteligente e sustentável.

Com o objetivo de possibilitar a avaliação do grau de incorporação destas recomendações durante a concretização do PO, são propostos na Tabela 3 os indicadores de monitorização.

Tabela 3 – Recomendações da AAE e respetivos indicadores de monitorização.

Recomendações transversais ao PO

REC. 1 Deverão ser considerados critérios de natureza ambiental nos processos de avaliação da viabilidade de financiamento dos projetos

IND. 1.1 Rácio de integração de critérios ambientais na avaliação de candidaturas

REC. 2 Nas intervenções materiais, privilegiar projetos de construção e operação de infraestruturas que incorporem práticas de construção sustentável e de gestão ambiental

IND. 1.2 Rácio de projetos de infraestruturas contemplando a adoção de práticas de conceção, construção e gestão sustentável

REC. 3 Privilegiar projetos de requalificação de infraestruturas/equipamentos/edifícios existentes em detrimento construção nova, com ocupação/impermeabilização de novas áreas, a menos que o objetivo resulte de uma medida de adaptação às alterações climáticas/prevenção do risco

IND. 3.1 Rácio de projetos de requalificação/regeneração de construções e infraestruturas

Eixo 1

REC. 4 Privilegiar projetos de I&D&I no domínio da eco-inovação nomeadamente através do desenvolvimento de tecnologias eco-eficientes, energias renováveis, eficiência energética, combate às alterações climáticas (formas de adaptação e mitigação), tecnologias limpas, biodiversidade, recursos endógenos, etc.

IND 4.1 Rácio de projetos de I&D&I no domínio da eco-inovação

IND 4.2 Rácio de financiamento em I&D&I no domínio da eco-inovação

REC. 5 Promover o estabelecimento de parcerias público-privadas na área da eco-inovação de forma a promover a transferência de conhecimento para as empresas

IND 5.1 Rácio de parcerias público-privadas na área da eco-inovação

REC. 6 Promover o apoio ao estabelecimento de parcerias internacionais estratégicas ao nível da eco-inovação de partilha de conhecimento e aprendizagem

IND. 6.1 Rácio de parcerias internacionais na área da eco-inovação

Eixo 3

REC. 7 Os incentivos às empresas devem ser preferencialmente ser dirigidos a projetos de inovação empresarial promotores da eco-eficiência, do uso de energias renováveis, da eficiência energética, uso eficiente dos recursos, melhores técnicas disponíveis, inovação ambiental e a empresas que detenham ou implementem sistemas de gestão ambiental, visando a redução dos impactos de exploração.

IND 7.1 Rácio de projetos de inovação empresarial no domínio da eco-inovação

IND 7.2 Rácio de financiamento empresarial no domínio do ambiente

Eixos 4 e 7

REC. 8 Nos projetos de construção de infraestruturas em Áreas Classificadas assegurar a avaliação de impacto ambiental ou de incidências ambientais que estime a afetação da biodiversidade e dos serviços dos ecossistemas potencialmente atingidos pelo projeto

IND 8.1 Rácio de projetos em áreas classificadas sujeitos a avaliação de impacto ambiental

Eixo 5

REC 9 Privilegiar intervenções na ótica da resiliência à atividade sísmica

IND 9.1 Rácio de projetos resilientes à atividade sísmica

Eixo 7

REC. 10 Nos projetos de construção/requalificação de infraestruturas assegurar como requisito obrigatório uma avaliação de risco do ponto de vista dos sismos e dos fenómenos meteorológicos extremos, na ótica da adaptação às alterações climáticas

IND 10.1 Rácio de projetos de construção/requalificação de infraestruturas com avaliação de risco

Para além dos indicadores de monitorização das Recomendações da AAE, são ainda propostas medidas de controlo associadas à fase de seguimento da AAE. Tais medidas correspondem a indicadores de avaliação direcionados para a execução dos projetos e ações propostos pelo PO (Tabela 4).

Tabela 4 – Indicadores selecionados para o controlo da AAE.

Indicador	Unidade
Investimento em I&D&I no domínio da eco-inovação	% PIB
Área urbana sujeita a atualizações de planos de emergência municipal e regional inferior a 2 anos	%
Investimento em projetos de adaptação às Alterações Climáticas	€
Capacidade suplementar de produção de eletricidade a partir de fontes renováveis	MW
Aumento da penetração dos recursos renováveis na produção de energia elétrica	%
Empresas apoiadas no âmbito da eficiência energética	N.º
Redução da intensidade energética nas empresas	%
Taxa de viaturas híbridas ou movidas a eletricidade no parque automóvel regional	%
Variação do consumo de hidrocarbonetos para transporte privado	%
Intensidade carbónica da economia regional	toneladas de CO _{2eq} por milhões de Euros
Intensidade energética da economia regional	toneladas equivalente de petróleo (tep) por milhões de euros
Investimento em projetos de conservação da natureza e de valorização da paisagem	€
Empresas de animação turística e operadores marítimo-turísticos apoiados	N.º
Emprego gerado pelo setor do turismo (%)	%
Investimento em turismo de natureza (publico e privado)	€
Aumento da capacidade de alojamento em turismo rural/turismo de natureza (n. de camas/ilha)	n.º e %
Participação do setor do turismo na formação do VAB Regional	%
Intensidade Turística	-
Empresas do setor agroindustrial apoiadas com foco na eco-inovação e no uso sustentável dos recursos	N
Participação do setor agroindustrial na formação do VAB Regional	%
Participação do setor do mar com foco na eco-inovação e valorização de recursos, no VAB regional	%
Emprego criado em áreas de eco-inovação e valorização dos recursos endógenos	N. e %

7. Conclusões

Como conclusão global da Avaliação Ambiental Estratégica realizada pode-se concluir que o PO Açores contribui fortemente para a Estratégia Europa 2020 no que respeita ao crescimento inteligente, crescimento sustentável e crescimento inclusivo.

Em relação aos Fatores Críticos para a Decisão, que serviram de base para a realização da análise e avaliação estratégica, verifica-se que, em geral, o modelo programático proposto pelo PO Açores apresenta oportunidades para atingir os objetivos de ambiente e sustentabilidade consubstanciados no Quadro de Referência Estratégico, nomeadamente na Estratégia Europa 2020.

O PO Açores apresenta, assim, fortes oportunidades para a prioridade ‘crescimento inteligente’, na medida em que baseia o desenvolvimento da economia no conhecimento e na inovação, quer ao nível do sistema científico quer ao nível do tecido empresarial, dando especial enfoque à transferência de conhecimento para as PME, contribuindo assim para uma economia inovadora, tendencialmente circular, centrada nos bens e serviços transacionáveis, internacionalizáveis e mais competitivos.

No entanto, ao considerar a opção estratégica de promover a I&D&I (Investigação, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação) (eixo 1) não apenas na lógica do crescimento inteligente, mas também direcionada para a eco-inovação, passa a existir um forte contributo para o próprio crescimento sustentável. De facto, criam-se condições para promover uma economia mais eficiente em termos do uso dos recursos, nomeadamente dos recursos energéticos e do uso eficiente da água. Por isso, o apoio quer à eco-inovação no seio das empresas, quer à introdução de sistemas de produção ambientalmente mais eficientes, promove o crescimento sustentável. Destaca-se, igualmente, o potencial das atividades de eco-inovação direcionadas para a exploração dos recursos endógenos, que nos Açores assumem uma especial relevância, contribuindo também para o crescimento inteligente e sustentável.

Os investimentos do PO Açores no domínio das energias renováveis e da eficiência energética nas empresas, serviços públicos, habitações e transportes concorrem também de forma assertiva para a prioridade ‘crescimento sustentável’, promovendo a economia de base hipocarbónica.

Os riscos naturais e as alterações climáticas são um aspeto fulcral para a Região, tanto na ótica da segurança de pessoas e bens, como da preservação dos valores naturais e da economia regional. Também aqui o PO prevê um conjunto vasto de medidas que, para além do conhecimento dos riscos, propõe promover a cultura de prevenção e de adaptação aos fenómenos naturais, contribuindo deste modo para o crescimento inteligente e sustentável.

O crescimento inclusivo, baseado na promoção da economia com altas taxas de emprego e assegurando a coesão social e territorial, é em grande parte alcançado pelas medidas preconizadas ao abrigo do investimento em ensino, nas competências e na aprendizagem ao longo da vida, na promoção do emprego e na promoção da inclusão social.

Da análise realizada, e não obstante a maior representatividade das oportunidades identificadas, é de referir a potencial existência de riscos decorrentes da implementação de algumas ações

preconizadas nos eixos 4 e 7, nomeadamente a construção de infraestruturas de produção de energia (eixo 4) ou as intervenções na rede viária e nos portos (eixo 7), que poderão constituir um risco para os valores da biodiversidade (eixo 6). Nesta lógica de análise estratégica, tais aspetos deverão ser devidamente acautelados no âmbito da implementação dos projetos.